

## **O Jornalismo de TV Local em Vitória da Conquista e a Regulamentação para Pessoas Trans: Uma Luta pela Identidade<sup>1</sup>**

Carlos Vitor Silva OLIVEIRA<sup>2</sup>

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, BA

### **RESUMO**

O presente trabalho examina o papel do jornalismo de TV local em Vitória da Conquista, Ba, na luta pela regulamentação para pessoas transsexuais. Destaca-se a importância das mídias locais na conscientização e na defesa dos direitos das pessoas trans, especialmente no que se refere à sua identidade de gênero. O texto explora as narrativas jornalísticas que têm contribuído para sensibilizar a sociedade sobre as questões enfrentadas pela comunidade trans em relação ao reconhecimento legal. Além disso, analisa a cobertura jornalística de TV no que diz respeito às iniciativas legislativas e sociais em curso e a importância do jornalismo ao influenciar mudanças significativas.

**PALAVRAS-CHAVES:** trans; identidade; gênero; jornalismo; visibilidade.

### **INTRODUÇÃO**

Em um mundo onde a identidade é um dos pilares fundamentais da dignidade humana, a luta pela regulamentação para pessoas trans se torna uma questão central de direitos civis. No epicentro desse movimento está o jornalismo, uma força poderosa capaz de iluminar as sombras da discriminação e da burocracia, expondo as histórias das pessoas trans com profundidade e sensibilidade. Este resumo mergulha no universo complexo onde o jornalismo televisivo se entrelaça com a batalha pela visibilidade de pessoas LGBTQIAPN+, em específico do grupo que está definido pela letra T - transsexuais e travestis - para que essas pessoas possam ser reconhecidas como são e terem por direito o reconhecimento legal de gênero e uso do nome social. Sendo assim, o presente trabalho explora como as narrativas bem contadas, não apenas informam, mas também transformam atitudes, moldam políticas e, acima de tudo, dão voz a pessoas que há muito tempo foram marginalizadas.

A luta pelos direitos das pessoas trans é um dos movimentos sociais mais importantes e profundos do século XXI. Segundo o dossiê mais recente da Associação Nacional de Travestis e Transsexuais do Brasil (Antra), em 2023 houve um aumento de mais de 10% nos casos de assassinatos de pessoas trans em relação ao ano de 2022.

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na Jornada de Extensão, evento integrante da programação do 21º Congresso de Ciências da Comunicação na Região Norte, realizado de 22 a 24 de maio de 2024.

<sup>2</sup> Estudante de Graduação 7º. semestre do Curso de Jornalismo da UESB-BA, email: [euviitorcarlo@gmail.com](mailto:euviitorcarlo@gmail.com)

Pelo menos 155 foram mortas, sendo 145 casos de assassinatos e 10 que tiraram a própria vida. A mais jovem assassinada tinha 13 anos e por esse motivo, houve também um acirramento na patrulha contra crianças e adolescentes trans. Outro dado que chama a atenção é que o Brasil permanece como o país que mais consome pornografia trans nas plataformas digitais de conteúdo adulto, sendo que durante o mesmo período analisado, o país foi configurado como o que mais assassinou pessoas trans pelo 15º ano consecutivo.

### **O direito a garantia através de Leis para Transsexuais**

O direito a garantia através de leis para pessoas trans refere-se ao processo de garantir que os documentos de identificação, como carteiras de identidade, passaportes e certidões de nascimento, reflitam a identidade de gênero auto-identificada de uma pessoa, independentemente do sexo atribuído ao nascimento. Isso permite que essas pessoas também tenham acesso a documentos que condizem com sua identidade de gênero, garantindo assim que possam viver suas vidas cotidianas com dignidade e igualdade.

No Brasil, o Decreto nº 8.727/2016 é a principal legislação que regula os direitos das pessoas transsexuais, o que permite o reconhecimento da identidade de gênero como um aspecto fundamental da autodefinição de um indivíduo, evitando a humilhação e o desconforto causados pela falta de congruência entre a identidade de gênero e o seu reconhecimento legal.

Esta temática pode ser analisada sob a perspectiva da teoria de Judith Butler (2018), uma filósofa renomada na área dos estudos de gênero e identidade. Butler é conhecida por suas contribuições à compreensão da performatividade de gênero e da construção social da identidade de gênero, teorias que são fundamentais para a discussão da regulamentação de pessoas trans.

### **A visibilidade da mídia jornalística e a identidade de gênero**

Entende-se que a visibilidade da mídia jornalística também desempenha um papel fundamental na formação da identidade trans, influenciando a maneira como as

peças trans são percebidas e aceitas pela sociedade. Bento (2008) argumenta que as identidades de gênero e sexualidade são socialmente construídas, moldadas por normas sociais, culturais e políticas que afetam profundamente a forma como as pessoas trans são representadas na mídia. Quando a mídia oferece representações positivas e respeitadas de pessoas trans, valida suas identidades e desafia estereótipos prejudiciais. Bento (2008) também destaca a importância da desconstrução das categorias binárias de gênero, que tradicionalmente excluem identidades trans e não conformes.

A mídia jornalística, ao desafiar essas categorias e ampliar as narrativas sobre identidades de gênero, pode criar um espaço mais inclusivo para pessoas trans se expressarem e serem compreendidas pelo público em geral. Além disso, a autora discute a necessidade de uma abordagem interseccional ao analisar as representações midiáticas de pessoas trans. Isso implica reconhecer as interseções entre identidade de gênero, raça, classe social e outras formas de marginalização.

De acordo com Butler (2018) o gênero não é uma característica intrínseca, mas sim uma série de atos e performances que são repetidos e internalizados ao longo do tempo. Em outras palavras, o gênero não é algo que alguém é, mas sim algo que alguém faz. As normas de gênero são reforçadas e perpetuadas através dessas performances. Por outro lado, representações negativas, estigmatizantes ou sensacionalistas na mídia jornalística podem perpetuar estereótipos prejudiciais e contribuir para a marginalização das pessoas trans. Portanto, é indispensável que a mídia jornalística adote uma abordagem ética e responsável ao representar pessoas trans. Uma cobertura jornalística sensível e inclusiva não apenas respeita a dignidade das pessoas trans, mas promove uma sociedade mais justa e igualitária.

### **Análise da cobertura jornalística de TVs locais com temáticas LGBTQIAPN+**

Em uma análise mais contemporânea, Sartori (1994) reconhece o método comparativo como uma especialização do método científico em sua totalidade. Segundo o autor, a essência da comparação reside em identificar tanto semelhanças quanto diferenças, podendo ser alcançada por meio da classificação, em que as categorias devem ser distintas entre si. Nesse sentido, foi realizada no segundo semestre do ano de 2023, em Vitória da Conquista, a terceira maior cidade da Bahia, situada no Sudoeste

do estado, uma análise comparativa entre duas emissoras de TVs. Dentre elas, a TV Sudoeste que integra a Rede Bahia, afiliada à Rede Globo, que tem duas edições do seu telejornal diário de segunda a sexta, o Bahia Meio Dia (BMD) e o BATV e leva o seu sinal digital a 86 municípios. E a TV Uesb, emissora educativa, mantida pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, afiliada a TV Brasil e Canal Futura, que produz seu próprio telejornal, o Uesb Notícias, desde 2010. Ambas produzem e divulgam diversos assuntos nos seus jornais diariamente.

Essa veiculação de variados conteúdos nos telejornais locais pode ser entendida à luz da teoria da comunicação de massa de Marshall McLuhan (1969), um influente pensador do século XX. Segundo McLuhan, os meios de comunicação não são apenas veículos para transmitir informações, mas também moldam a maneira como percebemos e compreendemos o mundo ao nosso redor. Nesse contexto, a variedade de conteúdos nos telejornais locais desempenha um papel fundamental na formação da consciência coletiva de uma comunidade. Ao abordar uma ampla gama de temas, esses telejornais não apenas informam os espectadores, mas também influenciam a maneira como eles percebem e interpretam os eventos locais, sociais e políticos. A diversidade de conteúdos não só reflete a complexidade da sociedade local, mas também enriquece a experiência de visualização ao expor os telespectadores a diferentes perspectivas e realidades.

Gamboa (1995) destacou a importância de uma abordagem integrada que considere tanto os aspectos qualitativos quanto quantitativos na análise e compreensão de um fenômeno. Essas dimensões quali-quantitativas são essenciais para que o sujeito possa explicar e compreender o objeto de estudo de forma mais completa e abrangente.

Nesse sentido, em uma pesquisa feita no sistema (Arion) de produção de conteúdos (pautas) da TV Sudoeste, foi possível identificar de 2019 a 2023, a cobertura jornalística veiculada em seus telejornais sobre conteúdos LGBTQIAPN+. Dentre eles, pelo menos 18 assuntos foram específicos em suas abordagens sobre pessoas trans, divididos entre notas jornalísticas, entradas de repórteres, entrevistados ao vivo e reportagens. Destaca-se também que desses assuntos, pelo menos 8 conteúdos jornalísticos trouxeram como foco principal a regulamentação para pessoas trans. Como exemplo, uma reportagem veiculada em março de 2022, em que a matéria abordou

sobre a retificação do nome civil através da campanha Março Mulher, promovida pela Coordenação de Políticas LGBT da prefeitura Municipal de Vitória da Conquista.

Também, foi possível identificar através de uma pesquisa e coleta de dados feitas no Cedoc (centro de documentação) da TV Uesb, que entre os anos de 2022 e 2023 foi veiculado em seu telejornal diversos conteúdos LGBTQIAPN+. Entretanto, no período analisado, foi identificado apenas 1 reportagem relacionada com a temática da regulamentação para pessoas trans. A matéria produzida em fevereiro de 2023 teve como objetivo abordar sobre o aumento do número de pessoas trans alterando o nome e o sexo no cartório. Na reportagem, a equipe entrevistou o presidente da Associação dos Registradores Cíveis das Pessoas Naturais do Estado da Bahia, Arpen, e duas pessoas trans que passaram pelo processo de retificação do nome civil.

A análise, apesar de restrita apenas aos dois veículos televisivos, mostrou que há evolução na representação da comunidade trans nos meios de comunicação. É possível observar que ao longo do tempo, as TVs estão conseguindo incluir em seus telejornais ainda que de forma esporádica, conteúdos LGBTQIAPN+.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Sendo assim, o estudo destaca a interseção entre jornalismo de TV local, identidade de gênero e ativismo social na luta pelo reconhecimento legal de pessoas trans. Oferece uma compreensão aprofundada de como as narrativas jornalísticas moldam a percepção pública, influenciam políticas e desempenham um papel central na construção de uma sociedade mais inclusiva. Contudo, reforça a necessidade contínua de uma cobertura jornalística sensível e inclusiva para impulsionar mudanças significativas e promover a igualdade e dignidade para todas as pessoas, independentemente de sua identidade de gênero.

Este trabalho contribui para a conscientização pública sobre a importância do direito a garantia através de leis para pessoas trans e instiga uma reflexão crítica sobre a abordagem midiática em relação à identidade de gênero. Além disso, destaca a evolução na representação trans na cobertura jornalística das TVs locais e suas contribuições para uma sociedade mais informada. Buscando promover um ambiente propício para a compreensão mútua e a aceitação da diversidade. Para que

pesquisadores futuros interessados na interseção entre jornalismo local e/ou de TV, identidade de gênero e direitos das pessoas LGBTQIAPN+, em especial transsexuais, crie um ponto de partida para investigações mais aprofundadas sobre como o jornalismo pode ser uma ferramenta eficaz na promoção da igualdade.

## REFERÊNCIAS

BENEVIDES, Bruna G. **Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2023**. ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) – Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2024.

BENTO, Berenice. **O que é transexualidade**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2008.

BRASÍLIA. Decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016. **Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional**. Brasília, 28 de abril de 2016; 195º da Independência e 128º da República. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/decreto/d8727.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8727.htm)

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

GONZALEZ, R. S. **O método comparativo e a ciência política**. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*, v. 2, n. 2, 30 dez. 2008.

MCLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. São Paulo: Cultrix, 1969.

ZANIEVICZ DA SILVA, M.; VENTURINI, J.; DE NEZ, E. **Quali x Quanti -Quanti x Quali: Desevendando Mitos e verdades sobre as Abordagens na Pesquisa em Ciências Contábeis**. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <https://congressosp.fipecafi.org/anais/18UspInternational/ArtigosDownload/1220.pdf>.